

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*  
 MAURO GUIMARÃES — *Diretor*  
 FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*  
 MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*  
 PLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*  
 JOSÉ SILVEIRA — *Secretário Executivo*

## Jogo da Verdade

O Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, propõe que o Brasil e o FMI passem imediatamente ao **jogo da verdade** como preliminar de um entendimento franco e leal a ser alcançado até o final do ano. O Brasil precisa de um ano e meio a dois anos de prazo para respirar e está interessado na boa convivência com o FMI. Não é mais possível — reconhece o Ministro — prometer milagres em Washington e comparecer depois com desculpas pelo não cumprimento das metas.

Jogo da verdade? Então o Ministro Dílson Funaro precisa ajustar o conceito de que “a inflação é um problema interno brasileiro”, ou reconhecer que a Nação está em desacordo com a ambígua forma de tratamento que o Governo dá ao problema. A opinião pública há anos protesta contra essa forma injusta de ser o Estado condescendente com os gastos públicos e severo com a sociedade. A mudança de Governo não mudou em nada o método. Fala-se em desenvolvimento, mas cultiva-se a inflação. Ainda agora, a União anuncia uma revisão tributária como paliativa para a sua congênita incapacidade de cortar suas despesas. O burocrata é universalmente um ser incapaz de distinguir entre despesas úteis e supérfluas. Mas continua prometendo desenvolvimento e concedendo inflação.

No jogo da verdade, não é possível reservar para o consumo interno meias-verdades e guardar a verdade inteira para uso externo. A verdade é uma só, inteira, e não duas metades. A inflação não é exclusivamente “um problema interno brasileiro” e, se vai ser oficializada como assunto doméstico, é imprescindível que o Governo Sarney comece a atacá-la de frente e não de longe. Se lhe falta convicção política, que trate de encontrá-la enquanto é tempo. É aos brasileiros que o Governo deve resultados concretos na luta contra a inflação. Quem menos quer o aviltamento diário da moeda é o brasileiro, muito mais exigente do que o FMI ou os bancos credores da nossa dívida externa. Quem mais quer o fim da recessão também é o brasileiro. Sabe-se, porém, por experiência universal, da associação de interesses que, mais cedo ou mais tarde, a recessão faz com a inflação. Já se estabeleceram no Brasil as duas.

Portanto — no jogo da verdade, e só da verdade — é preciso o Governo deixar claro para os próprios brasileiros que ele aceita o compromisso de debelar a inflação, com todas as exigências implícitas: corte severo e urgente das despesas públicas. Antes de mais nada, fazer cair verticalmente os gastos governamentais, que são um “problema interno brasileiro” urgentíssimo, porque com atraso excessivo. Antes de falar em aumento de impostos, é preciso exibir à opinião pública postas de despesas públicas cortadas ao vivo. Que o Brasil cresça 5 ou 50% este ano e nos próximos, não altera a posição do FMI. O problema é outro: interessa-lhe que a inflação baixe imediatamente. E é o que os brasileiros mais querem.

Aprenderam os brasileiros na própria pele que a reverência ao desenvolvimento, quando a inflação é soberana, onera o bolso do contribuinte e sacrifica as empresas. É um gesto vazio, porque tudo que se concede ao desenvolvimento a inflação abocanha. As formas amistosas de combater a inflação mediante medidas levaram à recessão e a uma corrida suicida entre salários e preços. O Governo acaba de sentir o perigo muito mais perto: a trimestralidade recolhida taticamente pelo movimento sindical à espera de que a inflação se apresente tal qual é — sem o artifício do controle de preços.

Aonde pretende o Governo chegar? O jogo da verdade precisa apenas de clareza, para fora e para dentro, e de franqueza. Por enquanto falou para fora: o Ministro da Fazenda disse em Washington que a inflação é assunto interno brasileiro, mas aqui o problema é tratado como se tivesse relação com os credores externos. A verdade não pode ser descartada, como se fez com a taxa de 14% da inflação de agosto. O jogo da verdade é incompatível com inflação administrada: aqueles 14% — não se iludam as autoridades monetárias brasileiras — estão por aí, presentes nos preços de mercadorias e nos custos da economia, operando contra a estabilidade política, a normalidade social, em favor dos demagogos nas eleições, e para fazer com que o Brasil compareça como mentiroso perante os negociadores internacionais.